**Estudo Técnico**

**Leis Complementares**

**Estaduais nº 234/2002 e 788/2014**

Integração de Unidades Judiciárias

Outubro, 2019

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Presidente**

Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama

**Vice-Presidente**

Desembargador Ney Batista Coutinho

**Corregedor-Geral da Justiça**

Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior

**Vice-Corregedor**

Desembargador Carlos Simões Fonseca

Outubro, 2019

**COMISSÃO DE REFORMA JUDICIÁRIA (BIÊNIO 2018/2019)**

Desembargador Carlos Simões Fonseca – Presidente

Desembargador Robson Luiz Albanez – membro

Desembargador Arthur José Neiva – membro

**COMISSÃO DE REFORMA DA LC 788/2014 (Portaria 024/2019)**

Desembargador Carlos Simões Fonseca – Presidente

Desembargador Robson Luiz Albanez

Desembargador Arthur José Neiva

Victor Massanta Dias – advogado OAB/ES

Josmar de Souza Pagotto – advogado OAB/ES

Ricardo Ferreira Pinto – advogado OAB/ES

Arion Mergar – juiz de Direito AMAGES

Glícia Mônica Dornela Alvez Ribeiro – juíza de Direito AMAGES

Wesley Sandro Campana – juiz de Direito AMAGES

**APOIO**

Aline Cândida Mendonça – AJ-Direito

Ana Clara D’Ávila Guedes – AE-Estatística

Daysilane Farias Miranda – Técnico AA

Marcelo Tavares de Albuquerque – Secretário Geral

Wagner Oliveira Marques – Secretário da Engenharia

PORTARIA Nº 024/2019

**Data de disponibilização:** Sexta, 23 de Agosto de 2019

PODER JUDICIÁRIO

PORTARIA Nº 024/2019

O Excelentíssimo Senhor Desembargador SERGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a edição do Ato Normativo nº 101/2019;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 63/AMAGES, subscrito pelo Exmº. Sr. Juiz de Direito Daniel Peçanha Moreira, Presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo - AMAGES, (protocolo nº. 2019.01.148.288);

CONSIDERANDO os termos do Ofício. GP. Nº 417/2019, subscrito pelo Exmº. Dr. José Carlos Rizk Filho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Espírito Santo, (protocolo nº. 2019.01.239.568);

RESOLVE:

Art. 1º – Ficam designados os seguintes membros para a composição da Comissão para elaboração de estudos referentes à Lei Complementar Estadual nº 788/2014, nos moldes como previsto no seu artigo 3º:

I – o Desembargador Carlos Simões Fonseca, DD. Presidente da Comissão de Reforma Judiciária, que também a presidirá;

II – o Desembargador Robson Luiz Albanez, membro da Comissão de Reforma Judiciária;

III – o Desembargador Arthur José Neiva de Almeida, membro da Comissão de Reforma Judiciária;

IV – o advogado Victor Massante Dias, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Espírito Santo (OAB/ES);

V – o advogado Josmar de Souza Pagotto, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Espírito Santo (OAB/ES);

VI – o advogado Ricardo Ferreira Pinto Holzmeister, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Espírito Santo (OAB/ES);

VII – o Juiz de Direito Arion Mergar, representante da Associação dos Magistrados do Espírito Santo – AMAGES;

VIII – a Juíza de Direito Glicia Monica Dornela Alves Ribeiro, representante da Associação dos Magistrados do Espírito Santo – AMAGES;

IX – o Juiz de Direito Wesley Sandro Campana dos Santos, representante da Associação dos Magistrados do Espírito Santo – AMAGES.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Vitória, 22 de agosto de 2019.

Des. SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA

Presidente

SUMÁRIO

|  |  |
| --- | --- |
| 1. INTRODUÇÃO | 6 |
| 2. RAZÕES PARA RESTRUTURAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | 7 |
| 3. METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO | 8 |
| 4. PRINCIPAIS ASPECTOS QUE DEVEM SER CONSIDERADOS PARA A REESTRUTURAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA | 11 |
| 5. ESTUDO TÉCNICO DE INTEGRAÇÃO DE UNIDADES JUDICIÁRIAS | 12 |
| PARTE I – UNIDADES SEM JUIZ TITULAR (OU COM VAGA NA COMARCA) | 12 |
| 1. COMARCA DE BARRA DE SÃO FRANCISCO | 12 |
| 1. COMARCA DE CARIACICA | 14 |
| 1. COMARCA DE COLATINA | 16 |
| 1. COMARCA DE GUARAPARI | 18 |
| 1. COMARCA DE SÃO MATEUS | 19 |
| PARTE II – UNIDADES COM JUIZ TITULAR E SEM VAGA NA COMARCA | 20 |
| 1. COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 20 |
| 1. COMARCA DE ITAPEMIRIM | 22 |
| 1. COMARCA DE MARATAÍZES | 23 |
| 1. COMARCA DE SERRA | 24 |
| 1. COMARCA DE VIANA | 26 |
| 1. COMARCA DE VILA VELHA | 27 |
| 1. COMARCA DE VITÓRIA | 29 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 31 |
| ANEXOS | 33 |

1. Introdução

Este documento reúne as conclusões alcançadas pela Comissão Especial instituída por meio da Portaria nº 024/2019, de 23 de Agosto de 2019, da Presidência do Tribunal de Justiça, cujo objetivo foi realizar um estudo técnico acerca da reestruturação da Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo (Lei Complementar nº 234/2002, alterada pela Lei Complementar nº 788/2014).

No decorrer de suas atividades, a referida comissão debruçou-se sobre o atual modelo de divisão e organização da Justiça Estadual, tendo realizado reuniões para debates e deliberações sobre as modificações que seriam propostas, valendo-se do apoio técnico do Núcleo de Processamento de Estatística, da Secretaria Geral, da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Engenharia, e também da contribuição de outras Secretarias e Assessorias, tais como, Tecnologia da Informação, Infraestrutura, Assessoria de Segurança, Finanças. Cabendo destacar, também, o profícuo diálogo com os Desembargadores que compõem a Comissão de Reforma Judiciária deste Egrégio Tribunal, magistrados, servidores e integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Espírito Santo (OAB/ES), os quais resultaram nas proposições que integram a presente explanação.

Considerados os fins e limites estabelecidos no ato instituidor da Comissão, o presente documento está adstrito a retratar os temas abordados, as discussões havidas e conclusões alcançadas quanto a possíveis alterações da organização judiciária, todas vertidas sob a forma de **recomendações**, cuja conveniência e oportunidade quanto a seu acatamento serão avaliadas pelos órgãos competentes, especialmente a Presidência do Tribunal de Justiça, o Tribunal Pleno e, sendo o caso, o Poder Legislativo Estadual. Com efeito, a Comissão não se imiscuiu no trabalho de elaboração do anteprojeto da nova lei de organização judiciária do Estado, uma vez que essa tarefa deve constituir, a critério da Presidência do Tribunal de Justiça, uma próxima etapa, na qual se contemplará ou não as suas recomendações.

Estrutura-se o presente estudo em duas partes: na primeira seção, um resumo das discussões e deliberações tomadas pela Comissão, e, na segunda, os dados estatísticos que serviram de base para o estudo, dispostos em planilhas, mapas e gráficos, os quais ilustram informações sobre aspectos como a demanda (número de casos novos) nas diversas unidades judiciárias no último triênio, acervo processual, etc.

2. Razões para restruturação da Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo

A natureza da matéria que constitui objeto de uma lei de organização judiciária, é certo, não recomenda mudanças constantes de seus parâmetros. Ao contrário, a perenidade das estruturas pode servir como instrumento de respeito à segurança jurídica. A conclusão quanto à necessidade de alterações na organização judiciária do Estado do Espírito Santo não está justificada, portanto, diante do puro e simples interesse desta administração, mas antes pelo fato de que profundas mudanças na estrutura do Judiciário foram evidenciadas, tanto em nível nacional como no âmbito interno, impactando diretamente as normas em vigor, as quais passaram a reclamar atualização.

Numa rápida análise do desempenho deste Poder Judiciário Estadual ante o cenário nacional, destacam-se a carência de servidores e a inadequada estrutura judiciária. O trabalho desenvolvido pelo Comitê Gestor Regional, responsável pela implantação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau, evidenciou o nosso déficit no quadro funcional, conforme dados atualizados (triênio 2016-2018) nos termos da Resolução 16/2017 do TJES, que regulamentou a Resolução nº 219 do CNJ neste Poder Judiciário.

Nesse contexto em que se evidencia a impossibilidade de realização de concurso público, tendo em vista a crise financeira enfrentada por este Tribunal de Justiça e o limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, esta administração passou a analisar outras alternativas com vistas a otimizar a distribuição da força de trabalho, dentre as quais se destaca a reestruturação da organização judiciária atual.

Com o advento da Lei Complementar Estadual nº 788/2014, que instituiu o Projeto de Reestruturação das **Unidades Judiciárias**, iniciou-se o processo de discussão e análise sobre necessidade de se manter ou não algumas Comarcas e unidades, levando-se em consideração dados estatísticos (acervo, distribuição, taxa de congestionamento, dentre outros), objetivando eventuais desinstalações, instalações de unidades judiciárias e/ou integração de comarcas, sendo objetivo primordial deste trabalho a continuidade desse estudo.

**3. Metodologia para a Elaboração do Estudo Técnico**

A Lei Complementar Estadual nº 234/2002, com suas alterações, regula a divisão e a organização judiciária do Estado do Espírito Santo, dispondo acerca da constituição, estrutura, atribuições e competência do Tribunal, das Comarcas, Distritos, Juízes e Serviços Auxiliares da Justiça.

Atualmente o Poder Judiciário do Espírito Santo possui 313 (trezentas e treze) unidades judiciárias.

A Resolução nº 184/2013 do CNJ, em seu art. 9º, estabelece:

*os tribunais “devem adotar providências necessárias para extinção, transformação ou transferência de unidades judiciárias e/ou comarcas com distribuição processual inferior a 50% da média de casos novos por magistrado do respectivo tribunal, no último triênio”.*

Sendo assim, atendendo-se à referida Resolução, calculou-se o valor da média de distribuição de casos novos em todas as unidades do PJES no último triênio para que fossem identificadas as unidades judiciárias que não atenderam a essa média e, portanto, poderiam ser extintas, transformadas ou integradas a outras.

O ANEXO I desse estudo ostenta o referido cálculo, onde foi apurada a média de casos novos por magistrado de primeiro grau, no último triênio, no total de 748 (setecentos e quarenta e oito) feitos e aplicado o corte de 50% desse valor teve como resultado o montante de 374 (trezentos e setenta e quatro) casos novos.

A partir desse critério, foram identificadas 45 (quarenta e cinco) unidades que apresentavam média de distribuição abaixo do valor limite (ANEXO II). Porém, há que se considerar que algumas unidades apresentaram situações particulares de distribuição no período, a saber: a 1º Vara de Fazenda Pública Privativa de Execuções Fiscais Municipais de Vitória, que esteve com distribuição suspensa em todo o período analisado; a 1ª Vara de Fazenda Estadual de Cachoeiro de Itapemirim, que esteve com distribuição suspensa nos anos 2016, 2017 e até 04/07/2018; a 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos, Meio Ambiente e Saúde de Vitória, que esteve com distribuição suspensa nos anos 2016, 2017 e até meados de 2018; e a 1ª Vara Criminal de Viana, que também esteve com distribuição suspensa entre durante os anos 2016 e 2017.

O estudo exclui também as unidades com competência exclusiva em Tribunal do Júri, Auditoria Militar (que não pode ser integrada a nenhuma outra), e as varas de execução penal com elevados quantitativos de feitos, bem como as Varas Únicas que já foram estudadas no relatório de integração de comarcas e as Comarcas com duas varas que já tiveram proposta de integração com outras comarcas.

Desta forma, restaram 35 (trinta e cinco) unidades judiciárias (Tabela 01) que podem ser extintas, transformadas ou transferidas, por não atingirem o valor mínimo de casos novos apontados pela Resolução CNJ 184/2013 do CNJ.

Por fim, pontuamos, a seguir, algumas nomenclaturas adotadas nesse estudo, bem como esclarecimentos sobre a metodologia de extração dos dados:

a) Serão denominadas “Unidades Elegíveis para integração” as unidades (varas ou juizados) que se enquadram nos critérios do art. 9º da Resolução CNJ 184/2013, “unidades receptoras” aquelas que irão recepcionar outra (s) unidade (s);

b) Serão denominados como *AJ-Direito* neste estudo tanto os servidores do cargo de AJ-Direito, como os Escreventes, os Escrivães, os Secretários de Gabinete e também servidores de outros cargos que estejam com Função Gratificada de Chefe de Secretaria, visto que a diferença de suas atribuições não impacta nas análises realizadas;

c) Os quantitativos de servidores foram obtidos no Relatório Anexo V – do Sistema de Servidores e representam os locais de trabalho efetivo (independente da lotação original) dos servidores em 30/06/2019. Não foram considerados nas demonstrações os servidores afastados aguardando aposentadoria e os que estão em licença para trato de interesses particulares.

d) Os quantitativos de Casos Novos utilizados são os mesmos que foram informados ao CNJ por meio do Projeto Módulo de Produtividade.

Abaixo, a Tabela 01 apresenta as 35 *Unidades Elegíveis* *para Integração*.

Tabela 01 – Lista das 35 unidades judiciárias que não atendem ao valor

mínimo de casos novos determinados na Resolução CNJ 184/2013

|  |  |
| --- | --- |
| COMARCA - UNIDADE | **Média CN no Triênio**  **2016/17/18** |
| BARRA DE SÃO FRANCISCO - 2ª VARA CRIMINAL (EXECUÇÕES PENAIS) | 173 |
| CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - 1ª VARA CRIMINAL | 344 |
| CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - 2ª VARA INFÂNCIA E JUVENTUDE | 361 |
| CARIACICA - 1ª VARA CRIMINAL | 280 |
| CARIACICA - 2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE | 211 |
| CARIACICA - 3ª VARA CRIMINAL | 173 |
| COLATINA - 1ª VARA CRIMINAL | 337 |
| GUARAPARI - 1ª VARA CRIMINAL | 176 |
| ITAPEMIRIM - 1ª VARA CRIMINAL | 342 |
| MARATAÍZES - VARA DE FAZ PÚBLICA EST MUN REG PÚBLICOS/M AMBIENTE | 342 |
| SÃO MATEUS - 1ª VARA CRIMINAL | 243 |
| SERRA - 1ª VARA CRIMINAL | 259 |
| SERRA - 2ª VARA CRIMINAL | 211 |
| SERRA - 2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE | 352 |
| SERRA - 4ª VARA CRIMINAL | 252 |
| VIANA - VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E DE ACIDENTES DO TRABALHO | 349 |
| VILA VELHA - 1ª VARA CRIMINAL | 260 |
| VILA VELHA - 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL | 208 |
| VILA VELHA - 2ª VARA CRIMINAL | 301 |
| VILA VELHA - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL | 232 |
| VILA VELHA - 2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE | 284 |
| VILA VELHA - 3ª VARA CRIMINAL | 297 |
| VILA VELHA - 6ª VARA CRIMINAL | 345 |
| VILA VELHA - 7ª VARA CRIMINAL | 257 |
| VITÓRIA - 10ª VARA CRIMINAL | 82 |
| VITÓRIA - 1ª VARA EXECUÇÕES FISCAIS | 301 |
| VITÓRIA - 2ª VARA CRIMINAL | 227 |
| VITÓRIA - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, MUNICIPAL, REGISTROS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E SAÚDE | 284 |
| VITÓRIA - 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE | 262 |
| VITÓRIA - 2ª VARA EXECUÇÕES FISCAIS | 295 |
| VITÓRIA - 4ª VARA CRIMINAL | 229 |
| VITÓRIA - 5ª VARA CRIMINAL | 211 |
| VITÓRIA - 6ª VARA CRIMINAL | 207 |
| VITÓRIA - 8ª VARA CRIMINAL | 198 |

Além de atender à Resolução Nº 184/2013 do CNJ, a efetivação de integrações de unidades judiciárias mitiga os efeitos da impossibilidade de realização de concurso público tanto para juízes como para servidores.

**4. Principais aspectos que devem ser considerados para a Reestruturação da Organização Judiciária**

4.1 – Redistribuição de Servidores

Os critérios de distribuição da força de trabalho dos servidores efetivos dos quadros permanente e suplementar, dos cargos comissionados e das funções gratificadas do Poder Judiciário do Espírito Santo, previstos na Lei Complementar Estadual nº 234/02 e na Lei Complementar Estadual nº 566/2010, ambas com suas alterações, foram regulamentados por meio da Resolução TJES nº 16/2017, em cumprimento às diretrizes das Resoluções nº 194/2014 e 219/2016 do CNJ.

Em síntese, a distribuição dos servidores das áreas de apoio direto à atividade judicante de primeiro e de segundo graus entre as Comarcas e Unidades judiciárias deve ser proporcional à quantidade média de processos (casos novos) distribuídos a cada grau de jurisdição no último triênio, sendo definida, portanto, a lotação paradigma de cada unidade.

Especificamente quanto à integração de Comarcas e/ou unidades judiciárias, o art. 13 da referida Resolução do TJES estabelece:

*Art. 13 – A instalação, desinstalação, unificação de unidade judiciária ou integração de comarcas, respeitados os critérios da Lei Complementar 234/2002, alterada pela Lei Complementar 788/2014, dar-se-á na seguinte forma:*

*I – Na instalação de nova unidade judiciária será atribuído o menor quantitativo de cargos referentes ao seu respectivo agrupamento até que haja a atualização do Quadro de Lotação Paradigma, respeitando-se o número legal de cargos.*

*II – Na desinstalação de unidade judiciária, os servidores, preferencialmente, integrarão o quadro de servidores da respectiva Comarca ou Juízo, até que haja a atualização do Quadro de Lotação Paradigma.*

***III – Na integração de Comarcas e/ou unificação de unidades judiciárias, até que haja a atualização do Quadro de Lotação Paradigma a Comarca ou Unidade Resultante, preferencialmente, receberá os servidores das Comarcas Integradas/ Unidades Judiciárias unificadas, podendo ser lotados de acordo com as necessidades da Administração, respeitada a lotação paradigma.(Destaquei)***

*§ 1º – Ao disposto no inciso III, aplicam-se as disposições contidas no parágrafo único do artigo 12 desta Resolução.*

*§ 2º – A critério da Administração, os Servidores poderão ser localizados em unidade diversa, respeitada a lotação paradigma*.

Em que pese o critério estabelecido acima, convém esclarecer que esse estudo aponta hipóteses diversas de distribuição de servidores, cargos e funções a título meramente sugestivo, ressaltando-se a necessária análise de cada caso concreto de acordo com os critérios de distribuição vigentes à época da efetiva integração das Unidades.

**5. Estudo Técnico de Integração de Unidades Judiciárias**

Cada unidade será tratada como um “caso” e cada tipo de vara será estudado separadamente. Para cada unidade, será apresentado: o nome do juiz titular, os quantitativos de Casos Novos de 2016, 2017 e 2018, a média do triênio e a quantidade de assessores de juiz e de “servidores de cartório” na data 30/06/2019. Para varas com especialidades tais que contenham servidores com especialidades diversas, estes quantitativos também são apresentados. As unidades com fonte em vermelho são as elegíveis para integração.

As varas identificadas como elegíveis para integração, seus dados e as propostas deste estudo serão apresentadas a seguir.

Destacam-se em fonte vermelho os dados das varas elegíveis para integração.

**PARTE I – CASOS EM QUE OU NÃO HÁ JUIZ TITULAR NA UNIDADE OU HÁ JUIZ TITULAR MAS EXISTE UNIDADE VAGA NA COMARCA**

CASO 1. COMARCA DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

1.1 - 2ª VARA CRIMINAL

A Comarca de Barra de São Francisco tem duas varas criminais e a 2ª Criminal, apesar de ter competência exclusiva em Execuções Penais, apresenta quantitativo de Casos Novos muito baixo. Este estudo propõe que as duas varas sejam integradas.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** | **AJ - Execução Penal** |
| BARRA DE SÃO FRANCISCO  1ª VARA CRIMINAL | Não tem | 423 | 429 | 463 | 438 | 1 | 3 | 0 |
| BARRA DE SÃO FRANCISCO - 2ª VARA CRIMINAL (EXEC PENAIS) | Não tem | 178 | 204 | 138 | 173 | 1 | 2 | 2 |

Para fins de visualização, abaixo são mostrados os valores de casos novos que teriam sido observados na Vara Criminal, se esta integração tivesse ocorrido desde 2016. Também são mostrados os quantitativos de servidores que existirá na vara após a integração.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** | **AJ - Execução Penal** |
| BARRA DE SÃO FRANCISCO  VARA CRIMINAL | Não tem | 601 | 633 | 601 | 612 | 1 | 4 | 2 |

Considerando o máximo de 01 assessor de juiz e 04 servidores efetivos por unidade judiciária (LC 234/2002), haverá superávit de 01 assessor de juiz e 01 servidor AJ-Direito.

Como a Comarca de Barra de São Francisco é comarca Receptora no estudo de integração de comarcas, foi feito um levantamento do quantitativo de “Casos Novos Criminais” que teriam vindo de Água Doce do Norte e de Ecoporanga, que serão integradas à Comarca de Barra de São Francisco.

Desta forma, vemos no quadro abaixo que a média de casos novos da “unidade criminal integrada” de Barra de São Francisco, já incluídos os processos das duas outras comarcas, teria sido igual a 877, se estas integrações tivessem acontecido em 2016.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA** | **UNIDADE** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN no Triênio** |
| BARRA DE SÃO FRANCISCO | 1ª E 2ª VARAS CRIMINAIS | 601 | 633 | 601 | 612 |
| ÁGUA DOCE DO NORTE | SOMENTE PROCESSOS CRIMINAIS | 80 | 95 | 61 | 79 |
| ECOPORANGA | SOMENTE PROCESSOS CRIMINAIS | 173 | 186 | 202 | 187 |
| **SOMA** | **PROCESSOS CRIMINAIS** | **854** | **914** | **864** | **877** |

1.2 – CONSIDERAÇÕES

* Barra de São Francisco tem 05 unidades judiciárias e, com esta integração, passará a ter 04 unidades judiciárias.
* Com as integrações propostas, haverá superávit de 01 AJ-Direito e 01 Assessores de Juiz.
* 04 das 05 unidades existentes hoje na Comarca não têm juiz titular.

CASO 2. COMARCA DE CARIACICA

2.1 - 1ª E 3ª VARAS CRIMINAIS

Cariacica possui cinco varas criminais, porém a 4ª Criminal é de competência do Tribunal do Júri e a 5ª é Criminal é especializada em Violência Doméstica, por isto o estudo se limitou às três varas criminais com competência residual.

As duas varas elegíveis para integração apresentam quantitativos extremamente baixos de Casos Novos e é possível verificar que a soma de Casos Novos das três unidades sugere a existência de apenas uma vara criminal. É então sugerida a desinstalação das duas.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA -UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** |
| CARIACICA - 1ª VARA CRIMINAL | Ezequiel Turíbio | 400 | 243 | 197 | 280 | 1 | 4 |
| CARIACICA - 2ª VARA CRIMINAL | José Leão Ferreira Souto | 488 | 418 | 358 | 421 | 1 | 2 |
| CARIACICA - 3ª VARA CRIMINAL | Elza Maria de O. Ximenes | 122 | 124 | 273 | 173 | 1 | 3 |

A tabela abaixo mostra como teria sido a distribuição da 2ª vara criminal se a primeira e a terceira varas já tivessem sido desinstaladas desde 2016.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** |
| CARIACICA - 2ª VARA CRIMINAL | -- | 1.001 | 789 | 829 | 876 | 1 | 4 |

Considerando o máximo de 01 assessor de juiz e 04 servidores AJ-Direito em uma vara criminal em Cariacica (LC 234/2002), haveria superávit de 02 assessores de juiz e 05 servidores AJ-Direito.

2.2 – 2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Cariacica tem duas varas de Infância e Juventude, sendo a 1ª elegível para integração. Enquanto a 1ª Vara aparenta estar aumentando o quantitativo de casos novos, a 2ª parece estar vivenciando a situação contrária. Em que pese as duas unidades trabalharem com competências distinta (a 1ª trabalha com processos cíveis e a 2ª com atos infracionais), somando os valores das duas unidades, a média de casos novos é 721, e assim verifica-se que não há quantitativo suficiente para a existência das duas unidades. Os dados sugerem, então, a integração destas duas unidades, desinstalando a 2ª..

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** | **AJ - Psicolog** | **AJ - Serv Social** | **Comissário Inf Juv** |
| CARIACICA - 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE | Morgana Dario Emerick | 622 | 548 | 585 | 585 | 1 | 5 | 1 | 4 | 3 |
| CARIACICA - 2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE | Lisandro Ambos C da Silva | 251 | 213 | 168 | 211 | 1 | 4 | 2 | 3 | 3 |

O quadro abaixo mostra como teria sido a distribuição da 1ª vara se as duas já tivessem sido integradas desde 2016.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** | **AJ - Psicolog** | **AJ - Serv Social** | **Comissário Inf Juv** |
| CARIACICA - 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE | -- | 873 | 761 | 753 | 796 | 1 | 6 | 2 | 4 | 4 |

Considerando o máximo de 06 (seis) servidores AJ-Direito, 02 (dois) AJ-Psicologia, 04 (quatro) AJ-Serviço Social, 04 (quatro) AJ-Comissários de Infância e Juventude e 01 (um) assessor de juiz nesta unidade, haveria superávit de 03 servidores AJ-Direito, 01 AJ-Psicologia, 03 (três) AJ-Serviço Social, 02 AJ-Comissários de Infância e Juventude e 01 assessor de juiz.

Os valores de Casos Novos de todas as Varas de Infância e Juventude que estão propostas como elegíveis para integração, estão mostrados no Anexo V.

2.3 – CONSIDERAÇÕES

* Cariacica tem hoje 23 unidades judiciárias e, com estas integrações, passaria a contar com 20 unidades judiciárias.
* Com as integrações propostas, haverá superávit de 08 AJ-Direito, 01 AJ-Psicologia, 03 AJ-Serviço Social, 02 AJ-Comissários de Infância e Juventude e 03 assessores de juiz.
* Existe uma unidade sem juiz titular nesta Comarca.

CASO 3. COMARCA DE COLATINA

3.1 – 1ª VARA CRIMINAL

Colatina possui quatro varas criminais, mas a 2ª Criminal é exclusiva para Execuções Penais, então o estudo irá trabalhar com as três restantes. O estudo sugere a desinstalação da 1ª Criminal, por apresentar menor valor médio de Casos Novos e por não apresentar juiz titular. Abaixo são apresentados os dados das varas em questão.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** |
| COLATINA - 1ª VARA CRIMINAL | Não tem | 344 | 408 | 259 | 337 | 1 | 3 |
| COLATINA - 3ª VARA CRIMINAL | Marcelo Feres Bressan | 459 | 479 | 543 | 494 | 1 | 3 |
| COLATINA - 4ª VARA CRIMINAL | Paula Moscon | 439 | 427 | 523 | 463 | 1 | 3 |

A tabela abaixo mostra como teria sido a distribuição da 3ª e da 4ª Vara Criminal se a 1ª Vara Criminal já tivesse sido desinstalada desde 2016. Os servidores da 1ª vara foram distribuídos como forma a exemplificar a situação das outras duas varas após a integração.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Comarca - Unidade** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** |
| COLATINA - 3ª VARA CRIMINAL | -- | 632 | 684 | 673 | 663 | 1 | 4 |
| COLATINA - 4ª VARA CRIMINAL | -- | 611 | 631 | 653 | 632 | 1 | 4 |

Considerando o máximo de 04 Aj-Direito e 01 Assessor de Juiz para cada vara criminal de Colatina (LC 234/2002), haveria superávit de 01 AJ-Direito e 01 Assessor de Juiz.

Como a Comarca de Colatina é comarca Receptora no estudo de integração de comarcas, foi feito um levantamento do quantitativo de “Casos Novos Criminais” que teriam vindo de Marilândia, que será integradas à Comarca de Colatina.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA** | **UNIDADE** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN no Triênio** |
| MARILÂNDIA | SOMENTE PROCESSOS CRIMINAIS | 134 | 160 | 149 | 148 |

Desta forma, vemos no quadro abaixo como teriam sido os quantitativos de Casos Novos das 3ª e 4ª Criminais de Colatina, se a desinstalação da 1ª Criminal e a integração de Marilândia já tivesse acontecido desde 2016.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA** | **UNIDADE** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN no Triênio** |
| COLATINA | 1ª VARA CRIMINAL | 698 | 763 | 748 | 737 |
| COLATINA | 2ª VARA CRIMINAL | 678 | 711 | 728 | 706 |

Os valores que teriam sido observados na 3ª e na 4º Criminais (após a desinstalação da 1ª Criminal) são compatíveis com os observados em outras varas de igual competência, como se pode observar no Anexo IV.

3.2 – CONSIDERAÇÕES

* Colatina tem hoje 15 unidades judiciárias e, com esta integração, passaria a contar com 14 unidades judiciárias.
* Com a integração proposta, haverá superávit de 01 AJ-Direito e 01 Assessor de Juiz.
* Existem duas unidade sem juiz titular nesta Comarca.

CASO 4. COMARCA DE GUARAPARI

4.1 - 1ª VARA CRIMINAL

Guarapari apresenta três varas criminais, sendo que a primeira é elegível para desinstalação.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** |
| GUARAPARI - 1ª VARA CRIMINAL | Eliezer M Scherrer Júnior | 179 | 196 | 154 | 176 | 1 | 2 |
| GUARAPARI - 2ª VARA CRIMINAL | Edmilson Souza Santos | 875 | 841 | 706 | 807 | 1 | 3 |
| GUARAPARI - 3ª VARA CRIMINAL | Simone de Oliveira Cordeiro | 473 | 503 | 521 | 499 | 1 | 4 |

A tabela abaixo mostra como teria sido a distribuição da 2ª e da 3ª vara criminal se a 1ª vara criminal já tivesse sido desinstalada desde 2016. Os servidores da 1ª Vara foram distribuídos na duas outras de forma a exemplificar a situação das duas outras unidades.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** |
| GUARAPARI - 2ª VARA CRIMINAL | -- | 965 | 939 | 783 | 895 | 1 | 4 |
| GUARAPARI - 3ª VARA CRIMINAL | -- | 563 | 601 | 598 | 587 | 1 | 4 |

Considerando o máximo de 04 AJ-Direito e 01 Assessor de Juiz para cada vara criminal de Guarapari (LC 234/2002), haveria superávit de 01 AJ-Direito e 01 Assessor de Juiz.

4.2 – CONSIDERAÇÕES

* Guarapari tem hoje 13 unidades judiciárias e, com esta integração, passaria a contar com 12 unidades judiciárias.
* Com a integração proposta, haverá superávit de 01 AJ-Direito e 01 Assessor de Juiz.
* Existe uma unidade sem juiz titular nesta Comarca.

CASO 5. COMARCA DE SÃO MATEUS

5.1- 1ª VARA CRIMINAL

São Mateus possui três varas criminais, porém a 2ª Criminal é de competência exclusiva de Execução Penal, por isto o estudo se limitou a analisar a 1ª e a 3ª Criminais. Avaliando os valores baixos e decrescentes de casos novos na 1ª Vara Criminal, este estudo propõe integrar esta unidade à 3ª Criminal.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** |
| SÃO MATEUS - 1ª VARA CRIMINAL | Não tem | 291 | 219 | 219 | **243** | 1 | 2 |
| SÃO MATEUS - 3ª VARA CRIMINAL | Paulo Sarmento de O. Júnior | 531 | 558 | 431 | 507 | 1 | 4 |

A tabela abaixo mostra como teria sido a distribuição da 3ª Vara Criminal se as duas já tivessem sido integradas desde 2016 e mostra como ficará o quantitativo de servidores após a integração.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** |
| SÃO MATEUS - 3ª VARA CRIMINAL | Paulo Sarmento de O. Júnior | 822 | 777 | 650 | 750 | 1 | 4 |

Os quantitativos de Casos Novos que teriam sido observados, caso a integração já tivesse acontecido, são compatíveis com os valores observados em outras unidades de igual competência, como pode ser observado no Anexo IV.

Considerando o máximo de 04 servidores AJ-Direito em cada vara criminal de São Mateus, haveria superávit de 02 servidores AJ-Direito e de 01 Assessor de Juiz.

5.2 – CONSIDERAÇÕES

* São Mateus tem hoje 09 unidades judiciárias e, com esta integração, passaria a ter 08 unidades judiciárias.
* Com a integração proposta, haverá superávit de 02 servidores AJ-Direito e de 01 Assessor de Juiz.
* Existem três unidades judiciárias sem juiz titular nesta Comarca.

**PARTE II – CASOS EM QUE HÁ JUIZ TITULAR NA UNIDADE E NÃO HÁ UNIDADE VAGA NA COMARCA**

CASO 6. COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

6.1 -1ª VARA CRIMINAL

Cachoeiro de Itapemirim tem quatro varas criminais. A 2ª Vara é exclusiva para os feitos de Execução Penal, então apresentaremos os dados das outras três. Apesar de os quantitativos de casos novos da 4ª Vara estarem decrescendo a cada ano, este estudo sugere desinstalar a 1ª Vara por apresentar menor média.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ - Direito** |
| CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM –  1ª VARA CRIMINAL | Bernardo Fajardo Lima | 346 | 357 | 329 | 344 | 1 | 2 |
| CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM –  3ª VARA CRIMINAL | Miguel Maira Ruggieri Balazs | 464 | 496 | 456 | 472 | 1 | 3 |
| CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM –  4ª VARA CRIMINAL | Leandro Duarte | 484 | 381 | 339 | 401 | 1 | 3 |

Abaixo estão apresentados os dados de como seria a distribuição da 3ª e da 4ª Varas se a 1ª já estivesse desinstalada desde 2016.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ - Direito** |
| CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM –  3ª VARA CRIMINAL | -- | 588 | 548 | 499 | 545 | 1 | 3 |
| CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM –  4ª VARA CRIMINAL | -- | 706 | 687 | 626 | 673 | 1 | 4 |

Os valores que teriam sido observados na 1ª e na 3ª Criminais (já com a integração) são próximos aos que foram observados em outras unidades de mesma competência, como pode ser observado no Anexo IV.

Considerando o máximo de 04 servidores AJ-Direito em cada vara criminal de Cachoeiro de Itapemirim, haveria superávit de 01 Assessor de Juiz, com esta integração.

Como a Comarca de Cachoeiro é comarca Receptora no estudo de integração de comarcas, foi feito um levantamento do quantitativo de “Casos Novos Criminais” que teriam vindo de Atílio Vivácqua e de Vargem Alta, que serão integradas à Comarca de Cachoeiro.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA** | **UNIDADE** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN no Triênio** |
| ATÍLIO VIVÁCQUA | SOMENTE PROCESSOS CRIMINAIS | 119 | 70 | 92 | 94 |
| VARGEM ALTA | SOMENTE PROCESSOS CRIMINAIS | 72 | 128 | 170 | 123 |
| SOMA | SOMENTE PROCESSOS CRIMINAIS | 191 | 198 | 262 | 217 |

Desta forma, vemos no quadro abaixo como teriam sido os quantitativos de Casos Novos das 3ª e 4ª Criminais de Cachoeiro, se a desinstalação da 1ª Criminal e a integração de Atílio Vivácqua e de Vargem Alta já tivessem acontecido desde 2016.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA** | **UNIDADE** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN no Triênio** |
| CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 3ª VARA CRIMINAL | 684 | 647 | 630 | 653 |
| CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 4ª VARA CRIMINAL | 802 | 786 | 757 | 781 |

Os valores apresentados no quadro acima descartam a eventual possibilidade de as varas Criminais de Cachoeiro ficarem com distribuição muito elevada, a ponto de inviabilizar a integração.

6.2 - 2ª VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Em que pese as duas unidades trabalharem com competências distintas (a 1ª trabalha com processos cíveis e a 2ª com atos infracionais), o quantitativo de Casos Novos da 2ª unidade não justifica a sua manutenção, então a alternativa seria fazer a integração das duas.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ - Direito** | **AJ –**  **Psico** | **AJ - Serv Social** | **Comissário Inf Juv** |
| CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - 1ª INFÂNCIA E JUVENTUDE | Priscilla Bazzarella de Oliveira | 384 | 467 | 461 | 437 | 2 | 3 | 0 | 2 | 5 |
| CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - 2ª INFÂNCIA E JUVENTUDE | Eduardo Geraldo de Matos | 398 | 342 | 343 | 361 | 1 | 2 | 1 | 1 | 0 |

Abaixo está apresentado o quadro com os valores de casos novos que teriam sido conhecidos pela Vara de Infância de Cachoeiro se a integração tivesse ocorrido antes de 2016. Os quantitativos de servidores foram somados.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ - Direito** | **AJ –**  **Psico** | **AJ - Serv Social** | **Comissário Inf Juv** |
| CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – 1ª INFÂNCIA JUVENTUDE | -- | 782 | 809 | 804 | 798 | 1 | 5 | 1 | 3 | 4 |

Para fins de comparação, o Anexo V mostra os valores de Casos Novos, caso já houvessem sido implementadas as integrações propostas neste estudo.

Considerando o máximo de 06 (seis) servidores AJ-Direito, 02 (dois) AJ-Psicologia, 04 (quatro) AJ-Serviço Social, 04 (quatro) AJ-Comissários de Infância e Juventude e 01 (um) Assessor de Juiz nesta unidade, haveria superávit de 01 AJ-Comissários de Infância e Juventude e 01 Assessor de Juiz.

6.3 – CONSIDERAÇÕES

* Cachoeiro de Itapemirim tem hoje 19 unidades judiciárias e, com estas integrações, passaria a contar com 17 unidades judiciárias.
* Com as integrações propostas, haverá superávit de 01 AJ-Comissários de Infância e Juventude e 02 Assessores de Juiz.
* Todas as unidades desta Comarca têm juiz titular.

CASO 7. COMARCA DE ITAPEMIRIM – VARA CRIMINAL

A Vara Criminal apresenta valor médio de Casos Novos abaixo do limite estabelecido pela Resolução 184 do CNJ, mas é a única vara Criminal da Comarca.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN no Triênio** |
| ITAPEMIRIM - VARA CRIMINAL | José Flávio D'Angelo Alcuri | 362 | 291 | 398 | 350 |

Como a Comarca de Itapemirim é comarca Receptora no estudo de integração de comarcas, foi feito um levantamento do quantitativo de “Casos Novos Criminais” que teriam vindo de Presidente Kennedy, que será integrada à de Itapemirim.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA** | **UNIDADE** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN no Triênio** |
| ITAPEMIRIM | VARA CRIMINAL | 362 | 291 | 398 | 350 |
| PRESIDENTE KENNEDY | SOMENTE PROCESSOS CRIMINAIS | 198 | 206 | 260 | 221 |
| **SOMA** | **PROCESSOS CRIMINAIS** | **560** | **497** | **658** | **572** |

Observa-se no quadro acima que, se Presidente Kennedy já estivesse integrada à Comarca de Itapemirim desde 2016, a Vara Criminal de Itapemirim teria recebido média de 572 Casos Novos no triênio, valor que supera a média de 374 para a desinstalação de uma unidade judiciária.

Por este motivo, conclui-se pela não integração desta unidade.

CASO 8. COMARCA DE MARATAÍZES

8.1 - VARA DE FAZ PÚBLICA EST MUN REG PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE

Existe só uma vara de Fazenda em Marataízes, então a solução sugerida para integração é fazê-lo com a Vara Cível.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ - Direito** |
| MARATAÍZES - VARA CÍVEL | Gil Vellozo Taddei | 547 | 570 | 721 | 613 | 1 | 3 |
| MARATAÍZES - VARA DE FAZ PÚBLICA EST MUN REG PÚBLICOS/M AMBIENTE | Jorge Orrevan Vaccari Filho | 358 | 326 | 341 | 342 | 1 | 3 |

No quadro abaixo é possível verificar como seriam os dados de Casos Novos da Vara unificada, caso esta unificação já existisse desde o ano de 2016.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ - Direito** |
| MARATAÍZES - VARA CÍVEL E DE FAZENDA PÚBLICA EST MUN REG PÚBLICOS/M AMBIENTE | -- | 905 | 896 | 1.062 | 955 | 1 | 4 |

Para fins de comparação, o Anexo VI mostra os valores de Casos Novos que foram observados para uma vara com igual competência da vara integrada.

Considerando o máximo de 04 servidores AJ- Direito e 01 Assessor de Juiz nesta unidade (LC 234/2002), haveria superávit de 02 servidores AJ-Direito e 01 Assessor de Juiz.

8.2 – CONSIDERAÇÕES

* Marataízes tem hoje 05 unidades judiciárias e, com estas integrações, passaria a contar com 04 unidades judiciárias.
* Com as integrações propostas, haverá superávit de 02 servidores AJ-Direito e 01 Assessor de Juiz.
* Todas as unidades desta Comarca têm juiz titular.

CASO 9. COMARCA DE SERRA

9.1 - 1ª, 2ª E 4ª VARAS CRIMINAIS

A Comarca de Serra tem seis varas criminais, mas a 3ª é de competência exclusiva de Tribunal do Júri e a 6ª tem competência exclusiva em Violência Doméstica. Abaixo são apresentados os dados das outras quatro varas, sendo três elegíveis para integração.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** |
| SERRA - 1ª VARA CRIMINAL | Alexandre Farina Lopes | 240 | 183 | 355 | 259 | 1 | 3 |
| SERRA - 2ª VARA CRIMINAL | Leticia Maia Saúde | 252 | 168 | 213 | 211 | 1 | 3 |
| SERRA - 4ª VARA CRIMINAL | Vanderlei R Marques | 368 | 184 | 204 | 252 | 1 | 3 |
| SERRA - 5ª VARA CRIMINAL | Cristina Eller Pimenta Bernardo | 366 | 377 | 394 | 379 | 1 | 3 |

Considerando que a 2ª e a 4ª fossem desinstaladas (menores valores de média de Casos Novos), teríamos os seguintes valores, caso a desinstalação/integração já tivesse ocorrido desde o ano de 2016.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Comarca - Unidade** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** |
| SERRA - 1ª VARA CRIMINAL | -- | 550 | 359 | 564 | 491 | 1 | 5 |
| SERRA - 5ª VARA CRIMINAL | -- | 676 | 553 | 603 | 611 | 1 | 5 |

Considerando o máximo de cinco servidores AJ-Direito e 01 Assessor de Juiz em cada vara criminal de Serra, haveria superávit de 02 servidores AJ-Direito e 02 Assessores de Juiz..

9.2 - 2ª VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Em que pese as duas unidades trabalharem com competências distintas (a 1ª trabalha com processos cíveis e a 2ª com atos infracionais), o quantitativo de Casos Novos da 2ª unidade não justifica a sua manutenção, então a alternativa seria fazer a integração das duas.

Abaixo estão apresentados os dados das duas varas.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** | **AJ - Psicolog** | **AJ - Serv Social** | **Comissário Inf Juv** |
| SERRA - 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE | Gladys Henriques Pinheiro | 688 | 573 | 720 | 660 | 1 | 3 | 2 | 4 | 4 |
| SERRA - 2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE | Mariana Lisboa Cruz | 329 | 376 | 351 | 352 | 1 | 5 | 1 | 4 | 4 |

Abaixo está apresentado o quadro com os valores de casos novos que teriam sido conhecidos pela 1ª Vara de Infância se a integração tivesse ocorrido antes de 2016.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ - Direito** | **AJ –**  **Psico** | **AJ - Serv Social** | **Comissário Inf Juv** |
| SERRA - 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE | -- | 1.017 | 949 | 1.071 | 1.012 | 1 | 5 | 2 | 4 | 4 |

Para fins de comparação, o Anexo V mostra os valores de Casos Novos, caso já houvessem sido implementadas as integrações propostas neste estudo.

Considerando o máximo de 05 (cinco) servidores AJ-Direito, 02 (dois) AJ-Psicologia, 04 (quatro) AJ-Serviço Social, 04 (quatro) AJ-Comissários de Infância e Juventude e 01 (um) Assessor de Juiz nesta unidade, haveria superávit de 03 AJ-Direito, 01 AJ-Psicologia, 04 AJ-Serviço Social, 04 AJ-Comissários de Infância e Juventude e 01 Assessor de Juiz.

9.3 – VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, MUNICIPAL, REGISTROS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE

Serra apresenta duas varas de Fazenda, a que está elegível para integração e a Vara de Fazenda Pública Municipal. Os dados das duas são apresentados a seguir.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** |
| SERRA - FAZENDA PUB ESTADUAL/REG PÚBLICO/MEIO AMBIENTE | Rodrigo Ferreira Miranda | 359 | 446 | 440 | 415 | 1 | 2 |
| SERRA - VARA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL | Telmelita Guimarães Alves | 2.325 | 3.767 | 1.883 | 2.658 | 2 | 3 |

A Vara de Fazenda Municipal apresenta quantidade de casos novos quase cinco vezes maior do que a quantidade observada na Vara de Fazenda Estadual, de maneira que torna-se impensável sugerir a integração das duas unidades. Para resolver a discrepância observada entre as quantidades de processos entre as duas varas, este estudo sugere que seja feito um levantamento da possibilidade de alteração de competências, de forma que as duas tenham exatamente as mesmas competências e, por conseguinte, o mesmo volume de processos.

9.4 – CONSIDERAÇÕES

* Serra tem hoje 27 unidades judiciárias e, com estas integrações, passaria a contar com 24 unidades judiciárias.
* Com as integrações propostas, haverá superávit de 05 AJ-Direito, 01 AJ-Psicologia, 04 AJ-Serviço Social, 04 AJ-Comissários de Infância e Juventude e 03 Assessores de Juiz.
* Uma unidade desta Comarca não tem juiz titular.

CASO 10. COMARCA DE VIANA – VARA DE ÓRFÃO E SUCESSÕES, DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E DE ACIDENTES DO TRABALHO

A Comarca de Viana só tem uma vara de Órfãos e Sucessões e de Infância e Juventude, então a opção plausível seria sugerir a integração com a Vara de Família, que por sua vez, vem observando valores decrescentes de casos novos nos últimos anos.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** |
| VIANA - VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E DE ACIDENTES DO TRABALHO | Augusto Passamani Bufulin | 297 | 249 | 357 | 301 | 1 | 3 |
| VIANA - VARA DE FAMÍLIA | Claudio Ferreira de Souza | 1.114 | 827 | 759 | 900 | 1 | 3 |

Como são duas unidades que possuem juiz titular e não há unidades vagas na Comarca, este estudo sugere uma redistribuição de competências entre as unidades avaliadas, de maneira que as duas teriam competência para Família, Infância e Juventude e Órfãos e Sucessões. Sugere-se que os processos de Acidentes de Trabalho sejam direcionados para a Vara Cível, como acontece em outras Comarcas.

Para avaliar a proposta de alteração nas competências das duas unidades, o quadro abaixo mostra, para o ano de 2018, as competências dos casos novos observados em cada uma das varas em questão. Não foi observado nenhum processo de competência *Acidente de Trabalho*.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **COMPETÊNCIA – CASOS NOVOS EM 2018** | | | | | | **SOMA** |
| **INF JUVENT** | **INF JUV - INFRACIONAL** | **FAMÍLIA** | **ÓRFÃOS E SUC** | **OUTROS** |  | |
| VIANA - VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E DE ACIDENTES DO TRABALHO | 169 | 30 | 0 | 151 | 7 | 357 | |
| VIANA - VARA DE FAMÍLIA | 0 | 0 | 759 | 0 | 0 | 759 | |
| **SOMA** | **169** | **30** | **759** | **151** | **7** | **1.116** | |

O quadro abaixa mostra como teriam sido os valores de Casos Novos em 2018 se a alteração já tivesse acontecido.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **COMPETÊNCIA – CASOS NOVOS EM 2018** | | | | | | **SOMA** |
| **INF JUVENT** | **INF JUV - INFRACIONAL** | **FAMÍLIA** | **ÓRFÃOS E SUC** | **OUTROS** |  | |
| VIANA – 1ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS  E SUCESSÕES, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE | 85 | 15 | 380 | 75 | 3 | 558 | |
| VIANA – 2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS  E SUCESSÕES, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE | 84 | 15 | 379 | 76 | 4 | 558 | |
| **SOMA** | **169** | **30** | **759** | **151** | **7** | **1.116** | |

Esta alteração leva a uma melhor distribuição dos processos nas duas unidades e também à exclusão da necessidade de desinstalação da Vara Órfãos e Sucessões e da Infância e da Juventude.

CASO 11. COMARCA DE VILA VELHA

11.1 - 1ª, 2ª, 3ª, 6ª E 7ª VARAS CRIMINAIS

Vila Velha tem nove varas criminais, mas a 4ª é de competência exclusiva de Tribunal do Júri, a 8ª tem competência exclusiva em Execução Penal e a 5ª e a 9ª são exclusivas para processos de Violência Doméstica. Abaixo são apresentados os dados das demais varas criminais, todas elegíveis para integração.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** |
| VILA VELHA - 1ª VARA CRIMINAL | José Augusto Farias de Souza | 311 | 264 | 205 | 260 | 1 | 2 |
| VILA VELHA - 2ª VARA CRIMINAL | Paula Cheim Jorge | 374 | 264 | 265 | 301 | 1 | 6 |
| VILA VELHA - 3ª VARA CRIMINAL | Adriana Costa de Oliveira | 201 | 340 | 351 | 297 | 1 | 4 |
| VILA VELHA - 6ª VARA CRIMINAL | Vania Massad Campos | 368 | 341 | 327 | 345 | 1 | 3 |
| VILA VELHA - 7ª VARA CRIMINAL | Flávio Jabour Moulin | 317 | 182 | 273 | 257 | 1 | 2 |

Observa-se em todas as unidades analisada que os valores médios de Casos Novos estão muito abaixo do que preconiza a Resolução 184/CNJ. Pelos valores observados é possível chegar à conclusão de que três destas varas deveriam ser desinstaladas, para que o quantitativo médio das demais ficasse com valor superior a 374.

Considerando a desinstalação da 1ª, da 3ª e da 7ª Criminais, (são as que apresentaram menores valores médios de Casos Novos), teremos conforme mostra o quadro abaixo os dados de como teria sido a distribuição de casos novos. Apenas como sugestão, os assessores de juiz e os servidores de cartório foram distribuídos nas demais unidades, conforme apresentado abaixo.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** |
| VILA VELHA - 2ª VARA CRIMINAL | -- | 789 | 657 | 680 | 708 | 1 | 5 |
| VILA VELHA - 6ª VARA CRIMINAL | -- | 783 | 734 | 742 | 752 | 1 | 5 |

Considerando o máximo de 02 Assessores de Juiz e 05 AJ-Direito em cada unidade, haveria superávit de 03 Assessores de Juiz e 07 servidores AJ-Direito.

11.2 - 1ª E 2ª VARAS DE FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Vila Velha tem três varas de Fazenda Pública, sendo duas de Fazenda Municipal e uma de Fazenda Estadual. É possível perceber no quadro abaixo a diferença de quantitativo de Casos Novos entre os dois tipos de varas: a de Fazenda Estadual recebendo mais que o a soma das duas varas de Fazenda Municipal. A ideia natural para este caso, seria integrar as duas varas de Fazenda Municipal.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** |
| VILA VELHA - 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL | Délio José Rocha Sobrinho | 198 | 217 | 209 | 208 | 2 | 4 |
| VILA VELHA - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL | Ubiratan Almeida Azevedo | 243 | 248 | 205 | 232 | 2 | 3 |
| VILA VELHA - VARA DA FAZENDA ESTADUAL/REG PUB/ MEIO AMBIENTE | Aldary Nunes Júnior | 664 | 541 | 675 | 627 | 2 | 4 |

Para melhor visualização, está apresentado abaixo os quantitativos que teriam sido observados nos últimos três anos, se as duas varas de Fazenda Municipal já estivessem integradas.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** |
| VILA VELHA - VARA DA  FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL | -- | 441 | 465 | 414 | 440 | 2 | 5 |
| VILA VELHA - VARA DA  FAZENDA ESTADUAL/REG PUB/ MEIO AMBIENTE | -- | 664 | 541 | 677 | 627 | 2 | 6 |

Considerando o máximo de 02 Assessores de Juiz e 07 servidores AJ-Direito em cada unidade, haveria superávit de 02 Assessores de Juiz.

11.3 - 2ª VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Vila Velha tem duas varas de Infância e Juventude, sendo que a 1ª é de competência cível e a 2ª é exclusiva para os atos infracionais. Em que pese terem hoje competências diferentes, é necessária a integração das duas unidades visto eu a 2ª apresenta quantitativos de Casos Novos muito baixos.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ - Direito** | **AJ –**  **Psico** | **AJ - Serv Social** | **Comissário Inf Juv** |
| VILA VELHA - 1ª VARA  DA INFÂNCIA E JUVENTUDE | Patricia Pereira Neves | 700 | 558 | 565 | 608 | 1 | 4 | 2 | 4 | 3 |
| VILA VELHA - 2ª VARA  DA INFÂNCIA E JUVENTUDE | Marcelo Soares Cunha | 297 | 320 | 236 | 284 | 1 | 5 | 1 | 2 | 3 |

Considerando a integração das duas unidades, o quadro abaixo mostra como seriam os valores da 1ª vara, se a integração tivesse acontecido antes de 2016.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ - Direito** | **AJ –**  **Psico** | **AJ - Serv Social** | **Comissário Inf Juv** |
| VILA VELHA - 1ª VARA  DA INFÂNCIA E JUVENTUDE | -- | 997 | 878 | 801 | 892 | 1 | 6 | 2 | 4 | 4 |

A unidade resultante teria conhecido valores compatíveis com os que estão sendo propostos para outras integrações de igual teor (vide Anexo V).

Considerando o máximo de 06 (seis) servidores AJ-Direito, 02 (dois) AJ-Psicologia, 04 (quatro) AJ-Serviço Social, 04 (quatro) AJ-Comissários de Infância e Juventude e 01 (um) Assessor de Juiz nesta unidade, haveria superávit de 03 AJ-Direito, 01 AJ-Psicologia, 02 Aj-Serviço Social, 02 AJ-Comissários de Infância e Juventude e 01 Assessor de Juiz.

11.4 – CONSIDERAÇÕES

* Vila Velha tem hoje 34 unidades judiciárias e, com estas 05 integrações, passaria a contar com 29 unidades judiciárias.
* Com as integrações propostas, haveria superávit de 10 AJ-Direito, 01 AJ-Psicologia, 02 AJ-Serviço Social, 02 AJ-Comissários de Infância e Juventude e 06 Assessores de Juiz.
* Todas as unidades desta Comarca têm juiz titular.

CASO 12. COMARCA DE VITÓRIA

12.1 - 2ª, 4ª, 5ª, 6ª , 8ª e 10ª VARAS CRIMINAIS

Vitória tem dez varas criminais, sendo a 3ª, a 7ª e a 9ª de competência exclusiva de Execução Penal e a 1ª de competência exclusiva de Tribunal do Júri. Todas as outras são residuais e elegíveis para integração.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** |
| VITÓRIA - 2ª VARA CRIMINAL | Luiz Guilherme Risso | 239 | 227 | 214 | 227 | 1 | 5 |
| VITÓRIA - 4ª VARA CRIMINAL | Gisele Souza de Oliveira | 237 | 225 | 224 | 229 | 1 | 4 |
| VITÓRIA - 5ª VARA CRIMINAL | Ivan Costa Freitas | 206 | 209 | 218 | 211 | 1 | 4 |
| VITÓRIA - 6ª VARA CRIMINAL | Claudia Vieira de O Araújo | 171 | 229 | 220 | 207 | 1 | 4 |
| VITÓRIA - 8ª VARA CRIMINAL | Paulo Sergio Bellucio | 212 | 193 | 188 | 198 | 1 | 3 |
| VITÓRIA - 10ª VARA CRIMINAL | Marcelo Menezes Loureiro | 135 | 59 | 52 | 82 | 1 | 6 |

É possível observar no quadro acima que os valores médios de Casos Novos são, em todas as unidades, inferiores à metade do valor que orienta a Resolução nº 184 do CNJ (média de 374 casos novos no último triênio). Seria necessário desinstalar três destas unidades, para que as médias das unidades restantes pudessem ser superiores a 374.

Considerando a desinstalação da 6ª, da 8ª e da 10ª, teríamos o seguinte cenário.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ - Direito** |
| VITÓRIA - 2ª VARA CRIMINAL | -- | 412 | 387 | 367 | 389 | 1 | 5 |
| VITÓRIA - 4ª VARA CRIMINAL | -- | 410 | 385 | 377 | 391 | 1 | 5 |
| VITÓRIA - 5ª VARA CRIMINAL | -- | 379 | 369 | 371 | 373 | 1 | 5 |

Considerando o máximo de 01 Assessor de Juiz e 05 servidores AJ-Direito em cada vara criminal de Vitória, haveria superávit de 03 Assessores de Juiz e 11 servidores AJ-Direito.

12.2 – 2ª VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Existem em Vitória três varas de Infância e Juventude, sendo que a 1ª possui competência cível, a 2ª é de apuração de ato infracional e regime aberto e a 3ª com a competência de execução de regime fechado. A 2ª é elegível para integração e a sugestão é que seja integrada com a 3ª.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ - Direito** | **AJ –**  **Psico** | **AJ - Serv Social** | **Comissário Inf Juv** |
| VITÓRIA - 2ª VARA  DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE | Viviane Brito Borille | 314 | 241 | 230 | 262 | 1 | 3 | 2 | 3 | 3 |
| VITÓRIA - 3ª VARA  DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE | Vladson Couto Bittencourt | 460 | 386 | 370 | 405 | 1 | 2 | 1 | 2 | 0 |

Para fins de visualização, o cenário abaixo mostra como teriam sido os valores de Casos Novos no último triênio, se a desinstalação já estivesse implementada em 2016.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ - Direito** | **AJ –**  **Psico** | **AJ - Serv Social** | **Comissário Inf Juv** |
| VITÓRIA - 3ª VARA  DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE | -- | 774 | 627 | 600 | 667 | 1 | 5 | 2 | 4 | 4 |

A unidade resultante ainda teria valores inferiores aos que seriam observados em outras integrações de igual teor (vide Anexo V).

Considerando o máximo de 06 (seis) servidores AJ-Direito, 02 (dois) AJ-Psicologia, 04 (quatro) AJ-Serviço Social, 04 (quatro) AJ-Comissários de Infância e Juventude e 01 (um) Assessor de Juiz nesta unidade, haveria superávit de 01 AJ-Psicologia, 01 AJ-Serviço Social e 01 Assessor de Juiz.

12.3 – 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, MUNICIPAL, REGISTROS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

O Juízo de Vitória tem cinco varas com igual competência, porém a 1ª vara esteve com distribuição suspensa na maior parte do último triênio e por isto foi excluída das análises. Os dados das outras quatro são mostrados abaixo.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** |
| VITÓRIA - 2ª VARA DA FAZENDA PÚB ESTADUAL, MUNICIPAL, REG PÚBL, M AMBIENTE E SAÚDE | Heloisa Cariello | 145 | 180 | 526 | 284 | 2 | 6 |
| VITÓRIA - 3ª VARA DA FAZENDA PÚB ESTADUAL, MUNICIPAL, REG PÚBL, M AMBIENTE E SAÚDE | Mário da Silva Nunes Neto | 1.019 | 1.096 | 844 | 986 | 2 | 3 |
| VITÓRIA - 4ª VARA DA FAZENDA PÚB ESTADUAL, MUNICIPAL, REG PÚBL, M AMBIENTE E SAÚDE | Sayonara Couto Bittencourt | 918 | 824 | 458 | 733 | 2 | 4 |
| VITÓRIA - 5ª VARA DA FAZENDA PÚB ESTADUAL, MUNICIPAL, REG PÚBL, M AMBIENTE E SAÚDE | Ubirajara Paixão Pinheiro | 983 | 890 | 670 | 848 | 2 | 4 |

Observa-se no quadro acima que os quantitativos de casos novos diminuíram bastante entre os anos de 2017 e 2018 e, segundo os valores observados até setembro último, os quantitativos de 2019 serão menores do que os observados em 2018. A partir da desinstalação da 2ª Vara teria os seguintes dados (retroativamente):

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **AJ -Direito** |
| VITÓRIA - 3ª VARA DA FAZENDA PÚB ESTADUAL, MUNICIPAL, REG PÚBL, M AMBIENTE E SAÚDE | -- | 1.067 | 1.156 | 1.019 | 1.081 | 2 | 6 |
| VITÓRIA - 4ª VARA DA FAZENDA PÚB ESTADUAL, MUNICIPAL, REG PÚBL, M AMBIENTE E SAÚDE | -- | 966 | 884 | 633 | 828 | 2 | 5 |
| VITÓRIA - 5ª VARA DA FAZENDA PÚB ESTADUAL, MUNICIPAL, REG PÚBL, M AMBIENTE E SAÚDE | -- | 1.031 | 950 | 845 | 943 | 2 | 6 |

Considerando o máximo de 07 (sete) servidores AJ-Direito e 02 (dois) Assessores de Juiz para as varas de Fazenda de Vitória, haverá superávit de 02 Assessores de Juiz.

12.4 – 1ª E 2ª VARAS DE EXECUÇÕES FICAIS (ESTADUAIS)

Existem em Vitória 02 varas de Execuções Fiscais Estaduais, sendo que as duas estão elegíveis para integração. Desta forma, a ideia natural é integrá-las.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **Servidor Cartório** |
| VITÓRIA - 1ª VARA EXECUÇÕES FISCAIS | José Luiz da Costa Altafim | 333 | 371 | 199 | 301 | 2 | 3 |
| VITÓRIA - 2ª VARA EXECUÇÕES FISCAIS | Sergio Ricardo de Souza | 306 | 376 | 203 | 295 | 2 | 3 |

O quadro abaixo mostra o cenário de como teriam sido os valores de Casos Novos no último triênio, se a desinstalação já estivesse implementada em 2016.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA - UNIDADE** | **JUIZ TITULAR** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** | **Assessor de Juiz** | **Servidor Cartório** |
| VITÓRIA - 1ª VARA EXECUÇÕES FISCAIS | -- | 639 | 747 | 402 | 596 | 2 | 6 |

Considerando o máximo de 07 (sete) servidores AJ-Direito e 02 (dois) Assessores de Juiz para as varas de Fazenda de Vitória, haverá superávit de 02 Assessores de Juiz.

12.5 – CONSIDERAÇÕES

* Vitória tem hoje 55 unidades judiciárias e, com estas integrações, passaria a contar com 49 unidades judiciárias.
* Com as integrações propostas, haverá superávit de 11 AJ-Direito, 01 AJ-Psicologia, 01 AJ-Serviço Social e 08 Assessores de Juiz.
* Existe hoje em Vitória uma vara sem juiz titular (a 3ª Criminal). .

6. Considerações Finais

As recomendações ora apresentadas foram fruto de um trabalho técnico de levantamento de dados e informações que se aproximam da realidade, ressaltando-se, contudo, a possibilidade de eventuais incorreções ou inconsistências passíveis de adequação.

O estudo apontou inicialmente a necessidade de desinstalação de 45 unidades judiciárias e, após as exclusões dos casos particulares, restaram 35 unidades a serem estudadas.

Em alguns casos, observou-se a necessidade de integração/desinstalação de 24 unidades (excluídas as integrações de varas únicas já estudadas no Relatório de Integração de Comarcas) que, se forem implementadas, farão diminuir o número de unidades judiciárias do Poder Judiciário do Espírito Santo de 313 para 289.

Em alguns casos o estudo verificou a possibilidade de alteração de competência de unidades, de forma a proporcionar uma distribuição mais equânime dos casos novos, e por consequência, a não necessidade de desinstalação de algumas unidades.

Considerando as integrações de unidades nos juízos da Comarca da Capital, observa-se um superávit de 20 Assessores de Juiz, 34 AJ-Direito, 04 AJ-Psicologia, 10 AJ-Serviço Social e 08 AJ- Comissário de Infância e Juventude, que poderão ser deslocados para outras unidades judiciárias que estão deficitárias.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – CÁLCULO DA MÉDIA DE CASOS NOVOS POR MAGISTRADO, NO 1º GRAU DO PJES

ANEXO II – 70 UNIDADES JUDICIÁRIAS COM VALOR MÉDIO DE CASOS NOVOS INFERIOR AO VALOR 480 (

ANEXO III – VARAS ÚNICAS E VALORES DE CASOS NOVOS

ANEXO IV – VALORES DE CASOS NOVOS DE VARAS CRIMINAIS QUE NÃO SÃO ELEGÍVEIS PARA INTEGRAÇÃO

ANEXO V – VALORES DE CASOS NOVOS DE VARAS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE SE JÁ TIVESSE ACONTECIDO A INTEGRAÇÃO

ANEXO VI – VALORES DE CASOS NOVOS EM VARA CÍVEL, FAZENDA PÚBLICA, REGISTROS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE

ANEXO I – CÁLCULO DA MÉDIA DE CASOS NOVOS POR MAGISTRADO, NO 1º GRAU DO PJES

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Resumo Geral da Demanda\* | 2016 | 2017 | 2018 |
| Total de Casos Novos no 1º Grau | 322.065 | 284.603 | 263.351 |
| Quantidade de Magistrados no 1º Grau\*\* | 411 | 398 | 354 |
| Média Casos Novos por Magistrado | 784 | 715 | 744 |
| Média de Casos Novos por Magsistrado no último triênio | 748 | | |
| 50% da Média de Casos Novos por Magistrado no último triênio | 374 | | |

Obs. \*Aqui não foram levadas em conta os dados das Turmas Recursais

\*\* Dados informados ao CNJ por meio do projeto Justiça em Números

ANEXO II – 45 UNIDADES JUDICIÁRIAS (VARAS E JUIZADOS) COM VALOR MÉDIO DE CASOS NOVOS INFERIOR AO VALOR 374 (NO TRIÊNIO)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| COMARCA - UNIDADE | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** |
| BARRA DE SÃO FRANCISCO - 2ª VARA CRIMINAL (EXECUÇÕES PENAIS) | 178 | 204 | 138 | 173 |
| CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - 1ª VARA CRIMINAL | 346 | 357 | 329 | 344 |
| CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - 1ª VARA FAZ PÚB ESTAD, MUN, REG PÚB, MEIO AMB E SAÚDE | 61 | 11 | 564 | 212 |
| CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - 2ª VARA INFÂNCIA E JUVENTUDE | 398 | 342 | 343 | 361 |
| CARIACICA - 1ª VARA CRIMINAL | 400 | 243 | 197 | 280 |
| CARIACICA - 2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE | 251 | 213 | 168 | 211 |
| CARIACICA - 3ª VARA CRIMINAL | 122 | 124 | 273 | 173 |
| CARIACICA - 4ª VARA CRIMINAL - TRIBUNAL DO JÚRI | 111 | 158 | 123 | 131 |
| COLATINA - 1ª VARA CRIMINAL | 344 | 408 | 259 | 337 |
| GUARAPARI - 1ª VARA CRIMINAL | 179 | 196 | 154 | 176 |
| IBIRAÇU - 2ª VARA | 319 | 314 | 311 | 315 |
| ITAPEMIRIM - 1ª VARA CRIMINAL | 345 | 292 | 390 | 342 |
| MARATAÍZES - VARA DE FAZ PÚBLICA EST MUN REG PÚBLICOS/M AMBIENTE | 358 | 326 | 341 | 342 |
| SÃO MATEUS - 1ª VARA CRIMINAL | 291 | 219 | 219 | 243 |
| SERRA - 1ª VARA CRIMINAL | 240 | 183 | 355 | 259 |
| SERRA - 2ª VARA CRIMINAL | 252 | 168 | 213 | 211 |
| SERRA - 2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE | 329 | 376 | 351 | 352 |
| SERRA - 3ª VARA CRIMINAL - TRIBUNAL DO JÚRI | 118 | 147 | 182 | 149 |
| SERRA - 4ª VARA CRIMINAL | 368 | 184 | 204 | 252 |
| VIANA - 1ª VARA CRIMINAL | 31 | 149 | 335 | 172 |
| VIANA - VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E DE ACIDENTES DO TRABALHO | 379 | 310 | 357 | 349 |
| VILA VELHA - 1ª VARA CRIMINAL | 311 | 264 | 205 | 260 |
| VILA VELHA - 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL | 198 | 217 | 209 | 208 |
| VILA VELHA - 2ª VARA CRIMINAL | 374 | 264 | 265 | 301 |
| VILA VELHA - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL | 243 | 248 | 205 | 232 |
| VILA VELHA - 2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE | 297 | 320 | 236 | 284 |
| VILA VELHA - 3ª VARA CRIMINAL | 201 | 340 | 351 | 297 |
| VILA VELHA - 4ª VARA CRIMINAL - TRIBUNAL DO JÚRI | 77 | 120 | 98 | 98 |
| VILA VELHA - 6ª VARA CRIMINAL | 368 | 341 | 327 | 345 |
| VILA VELHA - 7ª VARA CRIMINAL | 317 | 182 | 273 | 257 |
| VITÓRIA - 10ª VARA CRIMINAL | 135 | 59 | 52 | 82 |
| VITÓRIA - 1ª VARA CRIMINAL - TRIBUNAL DO JÚRI | 134 | 121 | 81 | 112 |
| VITÓRIA - 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, MUNICIPAL, REGISTROS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E SAÚDE | 95 | 25 | 330 | 150 |
| VITÓRIA - 1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA PRIVATIVA DE EXECUÇÕES FISCAIS MUNICIPAIS | 207 | 220 | 125 | 184 |
| VITÓRIA - 1ª VARA EXECUÇÕES FISCAIS | 333 | 371 | 199 | 301 |
| VITÓRIA - 2ª VARA CRIMINAL | 239 | 227 | 214 | 227 |
| VITÓRIA - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, MUNICIPAL, REGISTROS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E SAÚDE | 145 | 180 | 526 | 284 |
| VITÓRIA - 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE | 314 | 241 | 230 | 262 |
| VITÓRIA - 2ª VARA EXECUÇÕES FISCAIS | 306 | 376 | 203 | 295 |
| VITÓRIA - 3ª VARA CRIMINAL - EXECUÇÃO PENAL | 203 | 195 | 190 | 196 |
| VITÓRIA - 4ª VARA CRIMINAL | 237 | 225 | 224 | 229 |
| VITÓRIA - 5ª VARA CRIMINAL | 206 | 209 | 218 | 211 |
| VITÓRIA - 6ª VARA CRIMINAL | 171 | 229 | 220 | 207 |
| VITÓRIA - 8ª VARA CRIMINAL | 212 | 193 | 188 | 198 |
| VITÓRIA - VARA DE AUDITORIA MILITAR | 21 | 21 | 46 | 29 |

LEGENDA:

|  |
| --- |
| UNIDADES EXCLUÍDAS POR APRESENTAREM PARTICULARIDADES |
| UNIDADES EXCLUÍDAS POR TEREM DISTRIBUIÇÃO SUSPENSA NO PERÍODO |
| UNIDADES EXCLUÍDAS POR JÁ TEREM SIDO AVALIADAS NA INTEGRAÇÃO DE COMARCAS |

ANEXO III – VARAS ÚNICAS E VALORES DE CASOS NOVOS

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA** | **NOME DA UNIDADE** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** |
| COMARCA INTEGRADA ÁGUIA BRANCA\* | VARA ÚNICA | 1.772 | 1.861 | 1.488 | 1.707 |
| IBATIBA\*\* | VARA ÚNICA | 1.271 | 2.385 | 1.296 | 1.651 |
| COMARCA INTEGRADA DE MONTANHA\* | VARA ÚNICA | 1.754 | 1.760 | 1.653 | 1.722 |
| COMARCA INTEGRADA DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO\* | VARA ÚNICA | 2.683 | 2.101 | 1.912 | 2.232 |

OBSERVAÇÕES: \* Valores que teriam sido observados se já houvesse a integração de comarcas desde 2016

\*\* Ibatiba não foi impactada com a integração de Comarcas

ANEXO IV – VALORES DE CASOS NOVOS DE VARAS CRIMINAIS QUE NÃO SÃO ELEGÍVEIS PARA INTEGRAÇÃO

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA** | **NOME DA UNIDADE** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** |
| ARACRUZ | 1ª VARA CRIMINAL | 532 | 577 | 600 | 570 |
| ARACRUZ | 2ª VARA CRIMINAL | 747 | 617 | 642 | 669 |
| COLATINA | 3ª VARA CRIMINAL | 459 | 479 | 543 | 494 |
| GUARAPARI | 2ª VARA CRIMINAL | 861 | 807 | 696 | 788 |
| GUARAPARI | 3ª VARA CRIMINAL | 475 | 503 | 521 | 500 |
| LINHARES | 3ª VARA CRIMINAL | 797 | 638 | 522 | 652 |
| SÃO MATEUS | 3ª VARA CRIMINAL | 531 | 563 | 434 | 509 |
| VIANA | 3ª VARA CRIMINAL | 754 | 626 | 357 | 579 |

ANEXO V – VALORES DE CASOS NOVOS DE VARAS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE SE JÁ TIVESSE ACONTECIDO A INTEGRAÇÃO

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA** | **NOME DA UNIDADE** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** |
| CARIACICA | 1ª E 2ª VARAS DE INF E JUVENTUDE INTEGRADAS | 873 | 761 | 753 | 796 |
| CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 1ª E 2ª VARAS DE INF E JUVENTUDE INTEGRADAS | 782 | 809 | 804 | 798 |
| SERRA | 1ª E 2ª VARAS DE INF E JUVENTUDE INTEGRADAS | 1.017 | 949 | 1.071 | 1.012 |
| VILA VELHA | 1ª E 2ª VARAS DE INF E JUVENTUDE INTEGRADAS | 997 | 878 | 801 | 892 |
| VITÓRIA | 2ª E 3ª VARAS DE INF E JUVENTUDE INTEGRADAS | 774 | 627 | 600 | 667 |

ANEXO VI – VALORES DE CASOS NOVOS NA VARA CÍVEL, FAZENDA PÚBLICA, REGISTROS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE DE ITAPEMIRIM

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMARCA** | **NOME DA UNIDADE** | **CN 2016** | **CN 2017** | **CN 2018** | **Média CN Triênio** |
| ITAPEMIRIM | VARA CÍVEL, FAZENDA PÚBLICA, REGISTROS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE | 598 | 1.768 | 701 | 1.022 |